

Estado do Rio Grande do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 8.827 DE 10 DE JUNHO DE 2022.

**DISPÕE PARA RECONHECER COMO  
COMUNIDADE TRADICIONAL A  
COMUNIDADE DE PESCADORES  
ARTESANAIS FILIADOS A COLÔNIA  
DE PESCADORES Z-1  
ESTABELECIDADA NO MUNICÍPIO DO  
RIO GRANDE E TORNA SUAS  
PRÁTICAS E SABERES ANCESTRAIS  
INTEGRANTES DO PATRIMÔNIO  
CULTURAL, DE NATUREZA  
IMATERIAL, DO MUNICÍPIO DO RIO  
GRANDE.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE**, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica em seu Artigo 51, Inciso III.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei

**Art. 1º** Reconhece como Comunidades Tradicionais, na forma da Convenção da Organização Internacional do Trabalho – OIT nº 169/1989, ratificada pelo Decreto Federal 5.061/2004, e nos termos do que dispõe o Decreto Federal 6.040/2007, as Comunidades de Pescadores Artesanais filiados a Colônia de Pescadores Z-1, estabelecida no Município do Rio Grande.

**Parágrafo único** – Consideram-se, Comunidades Tradicionais, nos termos do Decreto Federal 6.040/2007, grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

**Art. 2º** O Município deverá adotar, no âmbito das ações do Poder Executivo, medidas especiais para garantir aos trabalhadores pertencentes à Comunidade de Pescadores Artesanais na Cidade do Rio Grande, proteção eficaz em matéria de contratação e condições de trabalho, na medida em que não estejam protegidas de maneira eficiente pela legislação aplicável, devendo estabelecer regras de preferência e/ou prioridade nas ações realizadas na faixa litorânea do Município.

**Art. 3º** Além das garantias já estabelecidas no artigo 2º, o Município adotará medidas que garantam às comunidades os seus territórios, a fim de que tenham acesso a recursos naturais utilizados para reprodução física, cultural e econômica, garantindo a essas comunidades acesso às informações no que concernem aos seus direitos, implantando infraestruturas adequadas necessárias.

**Art. 4º** A presente Lei tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantias nas terras que tradicionalmente ocupam, nas questões sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização a sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

*Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!*

**Estado do Rio Grande do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 5º** Poderão ser realizadas Campanhas de Conscientização para o cumprimento desta Lei.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Grande, 10 de junho de 2022.

**FABIO DE  
OLIVEIRA  
BRANCO:**  
**49844210020**  
**FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO**  
**Prefeito Municipal**

Assinado digitalmente por FABIO DE OLIVEIRA  
BRANCO:49844210020  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da  
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF  
A3, OU=(EM BRANCO), OU=20085105000106,  
OU=presencial, CN=FABIO DE OLIVEIRA  
BRANCO:49844210020  
Razão: Eu estou aprovando este documento  
Localização:  
Data: 2022-06-13 09:02:01  
Foxit Reader Versão: 9.4.1

**cc.:Todas as Secretarias/CSCI/PJ/CMRG/Publicação**